

CARTILHA

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ENE

ETAPA ESTADUAL

Rio Grande do Sul

30-05 a 1-06
em Porto Alegre

**ENCONTRO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

**A educação brasileira
em questão:
atualidade das
lutas sociais**



NOME:

CIDADE:

Comitê Estadual de Construção do Encontro Nacional de Educação

ene2014.wordpress.com

Apresentamos a Cartilha construída no escopo dos debates de organização do ENE, no Rio Grande do Sul. Iniciamos nossas discussões em dezembro passado, reunindo estudantes e professor@s da educação básica, técnica e tecnológica, e superior, de Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre.

Agregamos os sete temas propostos pela coordenação nacional, em três breves e densos textos, de maneira a termos elementos para avançar na elaboração estadual e contribuir com a síntese nacional.

Desejamos, com esta cartilha, embasar nossa reflexão e avançarmos na análise sobre a atualidade e as perspectivas da política educacional pautada nas concepções e necessidades da classe trabalhadora e dos movimentos sociais de luta!

Boa leitura e debate!

Comissão Organizadora do ENE, etapa Rio Grande do Sul
Maio/Junho de 2014



**Encontro Nacional
de Educação**

8 a 10 de agosto - Rio de Janeiro-RJ

TEXTOS:

TRANSPORTE PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE! PORQUE PERCORRER OS CAMINHOS DA CIDADE E DO CAMPO É UM DIREITO DE TODXS! - Pagina 3

GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO: A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE BARBÁRIE E CRIMINALIZAÇÃO DE QUEM LUTA - Pagina 6

FINANCIAMENTO E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO - Pagina 9

TRANSPORTE PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE! PORQUE PERCORRER OS CAMINHOS DA CIDADE E DO CAMPO É UM DIREITO DE TODXS!

Esse texto foi elaborado para contribuir em torno da discussão do acesso à educação e a permanência de estudantes, servidores e professores nas escolas, cursos técnicos, institutos federais e universidades, pontuando a relação que há entre a luta por um transporte público gratuito e de qualidade e a possibilidade de mobilidade urbana para a ampla maioria da população que utiliza ônibus e metrô para se locomover na cidade.

A situação espacial que ocupamos dentro da cidade está articulada com os processos de segregação que perpassam a história de nosso país: criação de loteamentos para a população de baixa renda, assim como a criação de novos espaços de consumo e privatizações de áreas públicas. O uso do espaço público não se dá a partir de uma perspectiva coletiva, mas é dominado por interesses de agentes privados e isso fortalece a segregação dentro da cidade em espaços de ricos e pobres, e em um país de racismo estrutural, em brancos e negros.

Para os residentes da periferia pobre a situação da mobilidade e acesso à cidade é ainda mais grave, visto que os postos de trabalhos (menos remunerados) se encontram em regiões da cidade que detém maior poder aquisitivo. Lá essa população, maioria negra, trabalhará enquanto domésticas, porteiros, pedreiros e prestando serviços terceirizados, como telemarketing e tele entrega, tendo que se deslocarem horas até esses locais.

Na região onde moram não há espaços públicos de lazer, cultura e diversão. A violência urbana, fruto da desigualdade social de nosso país, assola diariamente esses moradores, assediando a juventude na praça ou fechando os bailes funks. A comunidade convive ao mesmo tempo com o tráfico de drogas e com os abusos da Polícia Militar que tem como perfil de assaltante o “preto pobre de periferia”.

Os locais de saúde próximos são Unidades Básicas de Saúde que servem para encaminhamentos e é necessário um meio de locomoção motorizado para ter acesso aos poucos

hospitais do SUS que atendem por regiões. A disponibilidade de escolas municipais e estaduais se apresentam como um triângulo invertido até chegar ao ensino superior, onde tanto o público quanto o privado se encontram nas regiões centrais das grandes cidades.

Uma pesquisa realizada em SP* mostrou que um portador de deficiência que detinha poder econômico – morava em região central e possuía carro adaptado – tinha maior mobilidade e acesso à cidade do que uma moradora dona de casa de periferia, que além da relação de tempo e espaço até os espaços centrais da cidade, interferia o valor da tarifa do transporte público.

As possibilidades de se locomover pelo espaço se dão a partir dos meios não – motorizados (a pé e/ou bicicleta) ou pelos meios motorizados (públicos e/ou privados, individuais e/ou coletivos). A opção por utilizar algum desses meios tem relação com a extensão territorial do percurso, sofre influência do fator cultural, e é determinada pela situação econômica, nesse sentido a renda dos indivíduos para ter acesso aos bens motorizados. O meio de locomoção utilizado terá desdobramentos na qualidade do transporte, sua eficiência e no tempo do percurso, ou seja, na acessibilidade. Sendo assim afirmamos que nem sempre a mobilidade garante a acessibilidade.

Para tentar equiparar mobilidade com acessibilidade é necessário um transporte público que garanta uma qualidade e segurança no percurso, facilitando o acesso às necessidades de saúde, educação, trabalho, consumo de bens necessários à reprodução da vida da população, principalmente periférica. A mobilidade urbana e acessibilidade também estão relacionados a sociabilidade dos cidadãos. Existe maior interação entre moradores de bairros pobres pela própria organização e estrutura das casas, pela marginalização que sofrem produz um maior convívio e enraizamento com sua região e comunidade do que em bairros nobres.

Contudo esses possuem maior acessibilidade à cidade, e produzem uma auto segregação à espaços que consideram violentos e inseguros.

Faz-se necessário também um planejamento urbano que descentralize áreas de comércio e serviços essenciais, de forma com que os fluxos da população não precisem ir todos a uma área central. Descentralizando os centros urbanos é possível que se pense alternativas de transporte público assim como a desestimular o uso do automóvel.

Conquistar um transporte público de qualidade articulado com a proposta de Passe Livre possibilitará que mais pessoas optem pelo uso desse meio de locomoção não tendo mais a interferência da questão econômica. Quando utilizamos o termo ‘qualidade’ nos referimos ao conforto, flexibilidade de rotas e horários e maior velocidade. Isso implicaria no tráfego de automóveis circulando, sobretudo nos horários de entrada e saída do trabalho – horários de pico - diminuindo assim o tempo de deslocamento e da qualidade do ar.

Uma pessoa que utiliza o automóvel para se locomover ocupa oito vezes o espaço físico de uma pessoa que utiliza o transporte coletivo, e isso cria uma ocupação desigual do território urbano, diminuindo índice de mobilidade e tendo uma relação direta com a renda.

Educação, transporte, acesso e permanência

A questão da mobilidade urbana tem relação direta com a educação, em todos os seus níveis, afetando toda a comunidade escolar, em principal, aos/às estudantes.

Em se tratando da evasão escolar, dados demonstram que cerca de ¼ dos estudantes faltam às aulas devido à ausência de condições para custear o transporte. Porto Alegre tem um dos maiores índices de evasão escolar do país, com percentual de 18,70% (“Motivos da Evasão Escolar” – FGV/2009).

Quando observamos a evasão escolar no ensino médio – onde as escolas são distantes da periferia, situadas nas regiões centrais da cidade – a taxa mais que triplica: saltamos de 2,5% dos

matriculados para 9,8% daqueles que abandonam os estudos, sendo que expressiva maioria destes faz parte da rede pública (INEP, 2011). No ensino superior, onde além dos gastos com transporte, os estudantes despendem com cópias, livros, alimentação, moradia, etc., a taxa de evasão atingiu 14,4% dos estudantes em 2010 (últimos dados disponibilizados pelo MEC). Vale salientar, que não adianta expandir a entrada no ensino superior sem qualidade e sem dar o suporte necessário para manter os estudantes nele.

As condições de acesso ainda são mais precárias quando tratamos das áreas rurais, pesqueiras, amazônicas e até mesmo das periferias mais distantes. As dificuldades de locomoção são extremas. Quando há transporte, os horários de circulação são enxugados ao máximo e muitas vezes desconectados com os horários da escola. Quando não há, os estudantes têm que caminhar durante horas e em períodos de chuva ficam impedidos de ir à escola, acarretando muitas vezes em abandono do ano letivo. Contudo, todo estudante da Educação Básica residente de área rural ou distante 2km de sua escola tem direito ao transporte gratuito e de qualidade. Porém, o número de alunos que dispõem de transporte escolar corresponde a pouco mais de 17% do total de matriculados que necessitam do transporte escolar (FNDE/UNB, 2012).

As professoras e professores também sofrem com o transporte. Além de lidar com as questões provenientes das faltas e evasão dos/as estudantes, mais de 22% dos/as docentes trabalham em mais de uma escola (Inep, 2011) onde além das dificuldades impostas pelo trabalho, tem seu tempo de deslocamento improdutivo devido aos “malabarismos” necessários para chegar de uma escola à outra, se expressando numa jornada de trabalho não paga e na extração de mais valia absoluta (que trata das horas destinadas ao trabalho) visto que, por outro lado, ainda terá o tempo para planejamento, correção de provas, formação, estudos, etc.

Como grande parte da categoria do magistério é composta por mulheres, vale somar nesta conta a intensa jornada destinada à mulher na sociedade, e então, podemos afirmar que os problemas de

mobilidade (seja para levar os filhos à escola, no cuidado de idosos, etc) contribuem profundamente para o esgotamento do/a professor/a.

Ao mencionar as questões de gênero e transporte relacionados à educação sublinhamos as dificuldades encontradas pelas funcionárias (ainda mais precarizadas, porque em sua maioria são terceirizadas) e mães que dependem do transporte escolar para seus filhos irem à escola abandonando muitas vezes o trabalho (ou nem o acessando) devido à necessidade de acompanhar os filhos à escola.



Que os ricos paguem a conta!

Há muito tempo movimentos sociais se mobilizam em torno da luta por um transporte realmente público, pautado nas demandas da população e não no lucro de alguns empresários do transporte. Em 2013 vivenciamos no Brasil inteiro um estopim de reivindicações. Aqui em Porto Alegre iniciamos Contra o Aumento da Passagem que culminou com o rebaixamento da tarifa do transporte de R\$3,05 para R\$2,85 e depois para R\$2,80! Esse processo de luta e discussão mostrou inúmeras ilegalidades em torno da licitação do transporte e expos para toda a população porto alegrense as taxas exorbitantes de lucro que as empresas recolhiam da tarifa, sem nenhum retorno social que justificasse tais aumentos.

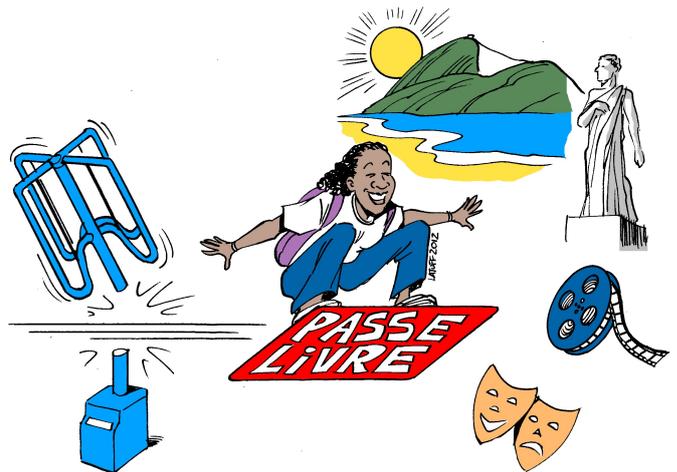
O Bloco de Lutas foi a organização que conseguiu aglutinar diversos coletivos, setores dos movimentos sociais e ativistas e foi um instrumento fundamental para avançarmos em debates e ações em torno do transporte.

Ocupamos a Câmara dos Vereadores da cidade em julho de 2013, e nos sete dias que permanecemos construímos principalmente um Projeto de Lei em torno do Passe Livre para estudantes, trabalhadores desempregados, indígenas e quilombolas (nos marcos da reparação). Desocupamos aquele espaço sabendo que somente com mobilização organizada nas ruas conseguiríamos ter um peso político para pautar nossas demandas.

No ano de 2014 fomos assaltados com mais um aumento da tarifa. Isso na história da cidade não é uma novidade, tais aumentos ocorrem há décadas, mesmo sendo problematizados, se aponta a necessidade de pensarmos um outro projeto de transporte realmente público. Por todos os motivos que apontamos nesse breve texto é que reafirmamos a demanda de luta e organização por um projeto de transporte e de cidade que garantam a mobilidade e acesso com qualidade para todos.

Referência:

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade.** 5º Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona, 2008.



GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO: A DEMOCRACIA EM TEMPOS DE BARBÁRIE E CRIMINALIZAÇÃO DE QUEM LUTA

Falar em gestão democrática ou autonomia é extremamente instigante para nós trabalhadores da educação, mas para tanto, necessitamos esclarecer qual o significado e dimensão destes termos e enfatizar o quanto os movimentos sociais e os trabalhadores da educação organizados pela luta sindical ou não, têm disputado com as políticas governamentais este espaço, quer sejam através de lutas no interior das instituições educacionais, quer sejam nas lutas colocadas pela sociedade.

A intensificação da precarização das condições básicas de vida e de trabalho agravadas neste momento de criminalização dos movimentos sociais, onde vozes dos trabalhadores se levantam e ousam enfrentar o sistema econômico capitalista, que impõe políticas de expropriação a nação, agudizam as lutas sociais e dos trabalhadores e colocam em relevo as lutas que são travadas no interior das instituições de ensino. A reorganização da instituição de ensino, assegurada por uma gestão democrática e autônoma, contribui sobremaneira com a reorganização da classe trabalhadora e de suas lutas, ao mesmo tempo em que a instituição educacional é reorganizada pelas demandas da classe trabalhadora, há um movimento dialético permanente.

Salientamos que os princípios da gestão democrática educacional alicerçam-se no princípio da descentralização administrativa e organizacional das instituições de ensino, respeitada à autonomia dos fóruns decisórios e asseguradas a participação da comunidade em geral. Neste sentido, entendemos como gestão democrática educacional a composição de órgãos colegiados e executivos sendo, que os colegiados tem poder deliberativo e os executivos são subordinados aos órgãos colegiados e a composição de ambos deve primar pela participação da comunidade interna à instituição e representantes da sociedade. Além disso, defendemos que a escolha dos dirigentes das instituições de ensino deva se dar por eleição direta e voto secreto com a participação universal ou paritária de todos os membros da comunidade

interna da instituição em questão.

No que tange a autonomia das instituições entendemos que a mesma deva ter três dimensões, que são: autonomia didático-científica e/ou pedagógica; autonomia administrativa; autonomia financeira e patrimonial. Pois que, dessa forma, a instituição educacional, independentemente de sua esfera, possa desenvolver suas atividades levando em consideração sua realidade e especificidades, sem se tornar refém da imposição de políticas educacionais que não traduzam e respeitem suas escolhas. Dentre as lutas por gestão democrática, situamos que a autonomia universitária foi garantida pela Constituição Federal de 1988 no seu art. 207. Trata-se de conquista importante do movimento da educação, visando reverter o momento de centralização realizado pelos governos civis-militares.

Necessário destacar, conforme exposto no PNE da Sociedade Brasileira, que a gestão democrática da educação "não constitui um fim em si mesma, mas um objetivo estratégico no processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades sócio-econômicas. Deve contribuir para que as instituições educacionais - escolas e universidades - articuladas com outras organizações da comunidade, possam participar da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia".

A conquista do movimento, entretanto, se deu nos marcos da regulação político-jurídica que se estabeleceu no Brasil para as décadas seguintes. Nunca esteve dissociada de uma forma de Estado, com interesses determinados, que se foi desmontando ao largo do neoliberalismo implementado na década de 1990. As escolas e universidades privadas, por exemplo, não contam sequer com a garantia de gestão democrática. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) menciona a gestão democrática, refere-se sempre às instituições públicas (art. 3, VIII; art. 14, art. 56). Este não é um problema secundário, levando-se em consideração que cerca de 90% das Instituições de Ensino Superior hoje, no Brasil, são privadas.

Os problemas começam, e apenas começam, na representação desigual entre as categorias nas instâncias máximas de decisão. Mesmo na Universidade Pública, onde a gestão democrática foi "conquistada", a representação de docentes é de "no mínimo" 70% nos órgãos colegiados. Os demais 30% são reservados a uma divisão entre técnicos-administrativos, estudantes e comunidade externa.

Mas, repetimos, este é apenas o começo dos problemas, apenas matemático-formal, ainda que reflita em poderes desiguais entre categorias que, também historicamente, forjam interesses distintos. O maior problema não está nessa representação, mas na própria ideia de que a autonomia universitária se dará por meio da "gestão", como se "decisões acertadas", escolhidas por meio de um "voto mais consciente", pudessem levar a universidades a modificações substanciais.



É necessário que se perceba que a autonomia formal está subordinada à autonomia material. A universidade pública não depende apenas das "melhores decisões", mas das melhores decisões possíveis ainda no interior de políticas determinadas pelo governo federal.

A universidade privada, ainda mais, é subordinada à lógica dos seus proprietários, cujo interesse, no geral, é de busca de mais e mais lucro. Assim sendo, há uma subordinação explícita dos debates políticos aos debates "possíveis" na lógica ditada pelos governos. Exemplos como implementação de REUNI a portas fechadas e ameaças de impossibilidade de se ter um Hospital Universitário senão por meio de uma empresa nacional (EBSERH) são centrais para visualizarmos esta lógica.

A autonomia universitária, portanto, é uma bandeira histórica, reivindicada por movimentos sociais e conquistada em algumas legislações, cujo impacto concreto é muito reduzido, senão apenas formal. Opera apenas nas instituições públicas, com subrepresentação dos setores estudantis e técnico-administrativos, em uma lógica de extrema subordinação à autonomia financeira ditada pelo governo federal e pelo mercado. Isto é, 50 anos de golpe civil-militar de caráter burguês depois, ainda são o governo e os empresários quem ditam o que acontece ou deixa de acontecer nas universidades.

No campo da educação básica, a LDB aponta, entre outros, para a criação dos conselhos escolares. **Em teoria**, eles trariam para o interior das escolas públicas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder, permitindo aos seus agentes a formulação de políticas de interesse local, ao estabelecer um processo de diálogo entre todas as categorias da comunidade escolar.

No entanto, vivemos um processo de democracia de cooptação originário da estratégia democrático popular oriundas dos governos do PT em todas as esferas, restrita à democracia formal. É fácil evidenciar isto na educação, onde são raras as experiências de participação efetiva de estudantes, funcionários e da comunidade externa na gestão da escola. A falta de eleições para direções de escolas e a forma desigual dos conselhos superiores das universidades, além das propostas de "profissionalização" das gestões (através de concursos para cargos de gestores) acabam por burocratizar a gestão das instituições de ensino, tornando-a apenas um espaço de gerenciar as metas de governos, empresários e agentes políticos e econômicos externos à escola e universidade.

Na sociedade capitalista vigente, a educação não cumpre um papel de criticidade à ordem, e sim de sua manutenção. Ainda mais, busca formar toda uma ideologia baseada em insígnias como "liberdade", "democracia", "cidadania" e "autonomia" que, no mais das vezes, reproduzem e legitimam exatamente os valores da dominação, lógica esta presente nas teorias educacionais do "aprender a aprender". Na concretização de um ensino verdadeiramente crítico, os responsáveis pelo processo educativo devem evitar propagar análises que levem ao individualismo e a uma participação apenas formal na política, visando ao estímulo da criticidade e da organização coletiva.

É nas escolas públicas que estão matriculados os filhos da classe trabalhadora, portanto devemos lutar por sua valorização, estruturação e qualificação. É uma defesa de classe a que aponta a necessidade de que estas escolas possuam as condições para um bom processo de ensino-aprendizagem, apto a não excluir os alunos e alunas ao mundo do trabalho nem conformá-los acriticamente a ele. Ou seja, que os estimule a participar da vida política e cultural e desenvolver a capacidade reflexiva para atuar e transformar a realidade social.

A nossa luta, nesse sentido, é de busca por uma autonomia verdadeira, com bandeiras como os 10% do PIB para a educação pública já! Sabemos que bandeiras como essas só poderão ser implementadas se conectadas a debates mais gerais sobre concepção de educação e centralidade do trabalho, entendendo que a escola e a universidade formam para o trabalho e, no Brasil, para o trabalho precarizado. Nossa autonomia é cortada pelo mercado do trabalho, pelos governos e pelas reitorias. Ter consciência disso, e não lutar no interior da lógica dos inimigos, mas sim para superar a sua lógica sem perder nossas palavras de ordem, é nosso maior desafio.



FINANCIAMENTO E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO

“Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção, isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a, não há sociedade sem trabalho e sem educação.” (Leandro Konder)

Há pouco mais de dois anos, víamos governo federal, empresários e a grande mídia comemorarem de maneira exaltada a escalada que nosso país dera no ranking das maiores economias mundiais. Ocupávamos a sexta posição dentre os países mais ricos do mundo. Contraditoriamente, nesse mesmo período, ocupávamos a octogésima quarta posição no índice de desenvolvimento humano, que leva em consideração as condições de vida da população, refletindo o investimento em saúde, educação, moradia, transporte, etc.

O governo federal se explica dizendo que por conta da crise econômica internacional, precisa conter os gastos sociais, ao mesmo tempo em que isenta ou minimiza os impostos de grandes empresas e deixa rolar solta a sonegação. Não à toa, que em seus dois primeiros anos de mandato a presidente Dilma Rousseff cortou 50 e 55 bilhões do orçamento geral da União, que seriam destinados à área social.

Basta uma rápida visita a uma escola, um posto de saúde, ou até mesmo um terminal de ônibus, para conferirmos quais são as prioridades assumidas pelos respectivos governos no país, algo que se tornou ainda mais escancarado com o andamento das obras dos megaeventos esportivos trazidos para o Brasil e custeados em sua maior parte com dinheiro público.

O gráfico do orçamento geral de 2013* ilustra bem essa preocupante situação. No ano passado, 40,13% foi destinado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida interna e externa do Brasil, enquanto para saúde fora destinado 4,29%, transporte 0,59%, cultura 0,05%, urbanismo 0,06%, e alarmantes 3,7% para educação, obviamente insuficientes para fazer o país sair da sua vergonhosa posição no índice de desenvolvimento humano. Chamamos atenção

aqui para uma informação divulgada pela Campanha Nacional Direito à Educação**, nas discussões que fizemos construindo o plebiscito pelos “10% do PIB para a Educação Pública JÁ!”, em 2011: pesquisadores envolvidos no estudo sobre financiamento apontavam àquela época que 10% era o patamar mínimo para começar a reverter a precariedade da educação pública.

Este seria o mínimo para começar a reverter o processo de sucateamento do público, mas o debate sobre financiamento não para por aí. Os 10% PIB para educação implicariam, em 2013, em 484 bilhões de reais. Significa mais ou menos o dobro que hoje é gasto. Entretanto não seria suficiente a suspensão do pagamento da dívida pública para garantir os recursos demandados pelo movimento para termos uma educação de qualidade. O que ocorre é que os juros da dívida não são integralmente pagos pelo superávit primário (a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta). O que não é pago se acrescenta ao montante da dívida.

Outra questão a ser colocada em relação ao PIB é que ele é composto pelos impostos pagos (além de diversas outras fontes). Porém, a quantidade de isenção de impostos, incluída aí a sonegação, não entram nessa conta, mesmo sendo fruto da riqueza produzida no país. Assim a luta por um percentual do PIB tem alcance apenas de parte do que é produzido. São necessárias medidas que aumentem a receita pública, que poderiam resultar de uma profunda reforma tributária, que garantisse a progressividade, ao contrário do que acontece hoje, pois quem tem menor renda paga mais impostos que os de maior renda.

Não trataremos em detalhe desta questão, porém como exemplo: seria necessário aumentar a progressividade do imposto de renda e sobretudo regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas, inscrito na constituição a 25 anos e nunca implementado.

* <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

** <http://www.campanhaeducacao.org.br/>

O patrimônio é ainda mais concentrado que a renda. Estudos mostram que apenas 5000 famílias brasileiras tem um patrimônio equivalente a 2 trilhões de reais. Uma taxa equivalente a 10% sobre este montante equivaleria à 200 bilhões de reais, isto sem contar com a aplicação do imposto sobre os demais afortunados não tão ricos.

Este é o pano de fundo para que, nos últimos três anos, trabalhadores de diversos setores têm se levantado para questionar as condições de trabalho derivadas dessa política de precarização do serviço público. As greves em 2011, a articulação do comitê em defesa dos 10% do PIB para educação pública, JÁ!, a histórica greve federal de 2012, iniciada dentro dos muros de universidades, colégios de aplicação, colégios militares e institutos federais mas que logo extrapolou para diversas categorias, contabilizando mais de 30 setores paralisados.

Greves no âmbito da educação básica (redes estadual e municipais), com reivindicações salariais e se contrapondo a projetos de educação governamentais. A emblemática greve de trabalhadores/as em educação no Rio de Janeiro, que mobilizou a sociedade em seu apoio, somando-se mais de 100 mil pessoas em atos de solidariedade. Lutas também organizadas no Rio Grande do Sul, pelo cumprimento da Lei do Piso (salário e 1/3 da jornada para planejamento) e a contraposição ao ensino médio politécnico em processo de implementação.

As jornadas de junho de 2013 demarcam um novo patamar de luta no país. Protestos massivos, sobretudo da juventude trabalhadora, tomaram as ruas para questionar todo esse projeto político implementado, que avança a intensificação e exploração do trabalho, assim como a precarização das condições de vida da maioria da população. Nada mais será como antes!

Mais alguns dados que nos ajudam a pensar a questão da educação no país, em pesquisa feita pelo PNAD/IBGE mostrou que em 2012, tínhamos cerca de 13,2 milhões de analfabetos no país, ocupando o posto de 8º país com maior taxa de analfabetismo adulto segundo a UNESCO***. Também segundo a PNAD cerca de 19% dos jovens entre 18 e 24 anos acessam o ensino superior no Brasil, sendo a grande maioria desses na esfera privada.

Para compreendermos alguns fatores que nos

levam a ter esse quadro preocupante, não podemos isolar a educação dos demais fenômenos sociais, sobretudo da sua relação intrínseca com o trabalho e conseqüentemente com a economia política. Não podemos fazer análise de conjuntura apartando política e economia, e a educação é, constitucionalmente, uma política pública de Estado.

Vivemos em uma sociedade marcada por contradições. A que melhor sintetiza o modo capitalista de produção da vida é, ao mesmo tempo em que se prega a liberdade e a igualdade, basear-se na divisão de classe e exploração do trabalho, onde uma classe detém os meios de produção e a outra sobrevive exclusivamente da venda de sua força de trabalho. Nessa contradição, ao longo da história, foram se desenvolvendo as instituições escolares, umas responsáveis pela socialização do saber sistematizado, para os filhos da classe dominante, e outra pragmática e utilitarista para os filhos da classe trabalhadora. Esta divisão aponta para a educação dos trabalhadores como “educação minimalista”.

Aprofundam-se estas contradições quando os países centrais passam a impor, por meio de instrumentos aparentemente neutros, como Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, seus ditames para ajustar a economia de países periféricos em meio a uma crise mundial. Como saída apontavam três grandes modificações, a reestruturação produtiva, a financeirização da economia e o neoliberalismo como forma de gestão do aparelho de Estado. A reestruturação produtiva carrega como principal marca a flexibilização e a terceirização dos contratos, deixando um rastro de incertezas e desemprego constante, o que também vem sendo utilizado como forma de contratação no serviço público, com os contratos temporários, a falta de planos de carreira, os poucos concursos públicos. Já a financeirização transfere o capital centralmente para o sistema bancário, fazendo com que tenhamos uma economia oscilante e dependente, baseada em produção de matéria prima barata, que não exigem mão de obra qualificada, o que se desdobra em uma fraca política educacional.

*** <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>

Mas de todos os ditames, sem dúvida o neoliberalismo foi o que abriu o maior caminho para a situação na qual nos encontramos hoje. Com a ideologia de que as crises são derivadas dos gastos excessivos com as questões sociais, os governos passam a cada vez mais reduzir os investimentos, no setor público, transferindo para a iniciativa privada inclusive direitos previstos na Constituição, mercantilizando direitos sociais.

Com essa idéia, a educação no Brasil foi sendo ajustada ao longo das últimas duas décadas, a LDB de 96 garante o marco legal para uma educação voltada a atender os interesses do mercado, o PNE de 2001 não garante o financiamento necessário, o atual PNE tramitando no congresso, através de suas metas transforma em política de Estado os programas de governo implementados pelos últimos governos. São exemplares, as duas faces da contrarreforma universitária (1) que transfere boa parte dos recursos para instituições privadas através de isenções fiscais (PROUNI), e (2) que expandiu o ensino superior público (REUNI), mas sem garantir o financiamento necessário, precarizando ainda mais as universidades públicas e descaracterizando o ensino superior baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão; ainda o avanço do ensino à distância e dos cursos técnicos.

E quem não conhece a “fartura” que vivem as escolas públicas da educação básica? A falta de materiais, as péssimas condições de estrutura, falta de professoras/es (ainda que alguns governos tenham a cara de pau de não admitir), falta de funcionárias/os, etc.

Essa “fartura” vem num sentido importante para os governos: fragmentar e desmoralizar as/os trabalhadoras/es em educação, visando implementar as cartilhas pedagógicas elaboradas pelos agentes do capital (sistema S), e amoldar as consciências no sentido de responsabilizar individualmente escolas e trabalhadores, para que resolvam por si os problemas.

É preciso se levar em consideração que boa parte dessa política, sobretudo aquelas implementadas nos governos do PT, carregam uma forte máscara do ideário democrático e popular, sendo criados fóruns como as CONAEs, que legitimam a política precarizante e privatizante, e que quando questionam tal lógica, são atropeladas por decretos presidenciais, como é o caso da defesa dos 10% do PIB que saiu como apontamento das Conferências e não foi levado em consideração pelo Governo. A proposta do PNE que tramita, indica o investimento de 10% do PIB até 2023, como investimento total, isso significa que não será exclusivo para a educação pública, mas mais uma forma do capital acumular, espoliando o fundo público.

Tudo isso, somado as grandes mobilizações do último período, demonstram que não podemos confiar nos espaços organizados pelo governo. É necessário que os movimentos sociais tenham autonomia para debater, questionar e pautar políticas para a educação que atendam aos interesses da maioria da população, o que vai de encontro às atuais políticas implementadas. Dessa forma que surge a necessidade de um Encontro Nacional que possa diagnosticar e propor projetos para uma educação que avance na perspectiva emancipatória.



ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
“A educação brasileira em questão: atualidade das lutas sociais”
Etapa metropolitana e estadual no RS
30-05 a 01-06

PROGRAMAÇÃO

SEXTA, 30-05		SÁBADO, 31-05		DOMINGO, 01/06	
		7h	Café da manhã	8h	Café da manhã
		8h	Mesa de debate – A educação brasileira em questão: a atualidade das lutas sociais Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ) Prof. Wíria Alcântara (SEPE-RJ) Est. Mateus Ballardin (UFRGS)	9h	Plenária Final - Carta do encontro Ato público
		12h 30	Almoço		Retorno das delegações
14h	Etapa região metropolitana	14h 30	Grupos de Discussão – eixos: - Educação e transporte - Educação e democracia - Financiamento e precarização do trabalho e da formação		
		17h 30	Janta		
18h 30	Mesa de abertura O PNE e as lutas sociais Prof. Dra Laura Fonseca Sala 101 (FACED – UFRGS)	19h	Plenária final e construção do ato público		
		22h	Atividade cultural		

Local: Faculdade de Educação – UFRGS (Av. Paulo da Gama, s/n – prédio 12201)

Inscrições*: preene.wordpress.com/inscricoes

Contatos:

30615111 (ANDES-SN)

organizacaoeners@gmail.com

*** Inscrições gratuitas, com certificado de participação.**

Obs.: teremos algumas vagas em **alojamento** para quem vem de fora de Porto Alegre. Caso necessite, comunique a Comissão Organizadora através do e-mail.